

Contenido

Agradecimiento	V
Prefacio	XIX
Prólogo	XXVII

La desnaturalización de las medidas socioeducativas en la justicia juvenil en el Ecuador 1

Felipe Rodríguez Estévez y Kennet Alonso Carrasco Aldaz

1. Introducción	3
2. La evolución del sistema de situación irregular al sistema garantista de protección integral	4
3. Marco normativo constitucional frente a los derechos y garantías de los adolescentes en conflicto con la ley	11
4. La desnaturalización de las medidas socioeducativas y su impacto en los adolescentes en conflicto con la ley	18
5. Conclusiones	27
Recomendaciones	28
Bibliografía	29

Conciliación penal. Efectos en la tutela judicial efectiva en cantón Quevedo 33

María Eugenia Sánchez Rodríguez, Cristian Fernando Mora Naula y Deinier Ros Alvarez

Concepto y fundamentos teóricos de la conciliación	33
Justicia restaurativa	35
Plasmación normativa	36
Tutela judicial efectiva	37

Análisis de los resultados de la investigación	39
Discusión o cierre	42
Conclusiones	46
Referencias bibliográficas	47

La Policía Nacional de Colombia, derechos humanos y su experiencia en MASC - conciliación y mediación policial 51

Alirio Galvis Padilla

Contenido	52
La Policía Nacional de Colombia en cifras	52
Los Derechos Humanos	55
Experiencias de la Policía Nacional de Colombia con M.A.S.C. (Mecanismos Alternativos de Solución de Conflictos)	60
Creación de Centros de Mediación en la Policía Nacional de Colombia	62
Centros de Conciliación	63
Mediación policial	69
Conclusiones	72
Bibliografía	74

Inteligencia artificial, realidad aumentada y metaverso aplicados a la mediación y el arbitraje 77

Rosângela Aparecida de Almeida Medeiros

1. Introdução	79
1.1. O que é a Realidade Virtual?	79
1.2. O que é a Realidade Aumentada?	80

1.3. O que é <i>blockchain</i> ?	80
1.4. O que é o Metaverso?	80
1.5. O Que é a Inteligência Artificial e seus subcampos	81
1.5.1. Cumpre também esclarecer os termos <i>Machine Learning</i> e <i>Deep Learning</i> :	82
1.5.2. Processamento de Linguagem Natural	82
2. O papel das ADRs- <i>Alternative Dispute Resolutions</i> e ODRs- <i>Online Dispute Resolution</i> e o uso das Ias -Inteligência Artificial- Realidade Brasileira	83
3. Evolução das Diversas Ferramentas Tecnológicas e a Segurança da Informação	92
4. Desafios para o meio jurídico	100
5. Conclusão	101
6. Bibliografia	104

Justiça eletrônica, ODR Global e transhumanismo 107

Aloisio Cândido y Cristian Mora Naula

I. Introdução	109
II. Evolução dos métodos de resolução de conflitos	110
2.1. Conciliação	112
2.2. Mediação	113
2.3. Arbitragem	114
2.4. Dos Procedimentos Judiciais de Conciliação e Mediação	118
III. Justiça eletrônica, ADRs e ODRs	127
3.1. Da Justiça Comum e Eletrônica	128
3.2. O Processo Judicial Eletrônico	130
3.3. Das ADRs	131
3.4. Das ODRs e da ODR Global	132

IV. Do Transhumanismo	134
V. Conclusão	139
VI. Bibliografia	140

A transformação da sociedade suas mudanças, conflitos e a necessidade hodiernamente da positivação de mecanismos pacificadores e conciliadores sustentados no ordenamento jurídico	143
---	------------

Eclair Gonçalves Gomes

1. Introdução	146
2. Breve histórico da Mediação	147
3. A importância do ordenamento jurídico na mediação	151
4. Mediação como instrumento de justiça e acessibilidade	154
5. A mediação e as novas perspectivas como elemento contemporâneo	157
5.1. A internet como ferramenta alternativa no processo de solução de conflitos ante aos efeitos de sua nova ordem	160
5.2. As odrs e sua importância no campo da mediação	165
6. Conclusão	168
7. Bibliografia	170

Desafios éticos e legais da discriminação algorítmica na era da inteligência artificial	173
--	------------

Gabriel Ribeiro Oliveira, Savio Gonçalves dos Santos, Fernanda Beatriz da Silva Pereira Tonin

1. A ruptura digital	175
----------------------------	-----

2. A discriminação automatizada	179
3. Sistemas de inteligência artificial e a racionalidade da decisão	181
4. Input de informações e a big data	182
5. Interferências na programação à tecnologia	189
6. Considerações finais	192
Referências	194

A Agenda 2030 da ONU e os direitos humanos de 4ª geração 199

Irmann Regina Genari y Cristian Fernando Mora Naula

1. Introdução	201
2. A 4ª geração dos direitos humanos	202
2.1. Crítica	202
3. Incorporação dos tratados de direitos humanos no Brasil	202
3.1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	203
Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	204
Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	206
Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades	208
Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos	210

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	212
Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos	213
Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos	214
Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos	215
Objetivo 9. Construir infra estruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	217
Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	218
Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	220
Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	221
Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos	223
Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	224
Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	226
Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e	

construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	228
Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	229
Finanças	229
Tecnologia	230
Capacitação	231
Comércio	231
Questões sistêmicas	232
Coerência de políticas e institucional	232
As parcerias multisetoriais	232
Dados, monitoramento e prestação de contas	232
3.2. Relação da Agenda 2030 com os Direitos Humanos	233
4. A Agenda 2030 e a cultura da paz	236
5. A Agenda 2030 e a perspectiva de gênero	237
6. A Agenda 2030 e a redução das desigualdades	239
6.1. Os Direitos Humanos do Deficiente	240
6.2. A Legislação brasileira na proteção ao deficiente	241
7. Conclusão	243
Referências	243

A quarta geração de direitos humanos e a Agenda 2030 ONU, em conformidade com as diretrizes pautadas na mediação, como fator emergente, na implementação definitiva da paz universal	247
---	------------

Sandra Helena da Silva

1. Introdução	249
---------------------	-----

2. Desenvolvimento e discussão	252
2.1. A importância da Quarta Geração de Direitos Humanos na esfera global	255
2.1.1. Os impactos causados pelas transformações mundiais ao longo dos séculos	257
2.1.2. Os entraves negativos da desvalorização humana e a luta pela abertura de caminhos menos densos para a evolução da humanidade	259
2.2. A Agenda 2030 como um pressuposto essencial ao desenvolvimento sustentável	263
2.2.1. A aplicação dos 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), apresentados no texto da Agenda 2030 e sua essencialidade	267
1. Erradicação da pobreza	267
2. Fome zero e agricultura sustentável	267
3. Saúde e bem-estar	267
4. Educação de qualidade	268
5. Igualdade de gênero	268
6. Água potável e saneamento	269
7. Energia acessível e limpa	269
8. Trabalho decente e crescimento econômico	269
9. Indústria, inovação e infraestrutura	270
10. Redução das desigualdades	270
11. Cidades e comunidades sustentáveis	271
12. Consumo e produção responsáveis	271
13. Ação contra a mudança global do clima	271
14. Vida na água	272
15. Vida terrestre	272
16. Paz, justiça e instituições eficazes	273
17. Parcerias e meios de implementação	273

3. A COP28 (28ª Conferência de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas) e sua importância na destinação de responsabilidades entre as nações, para a harmonia global	274
Considerações finais	276
Referências bibliográficas	280

Direitos Humanos de Quarta Geração, Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 Das Organizações das Nações Unidas - ONU 283

Ronei Carlos de Oliveira

1. Introdução	285
2. Histórico da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)	285
3. A necessidade da criação da Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU)	289
4. Situação do Brasil em relação aos objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU	290
5. Sociedade civil organizada e os projetos e/ou programas para atendimento aos objetivos do desenvolvimento sustentável de Agenda 2030	293
6. O Poder Judiciário brasileiro e os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030	295
7. Sistema da Organização das Nações Unidas no Brasil e a Agenda 2030	297
8. Uberaba e os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, nossa realidade local	298
9. Comparativo entre os objetivos da declaração do milênio com os objetivos do desenvolvimento sustentável	300

10. Os direitos humanos e suas gerações	302
11. Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas - COP 28 e agenda 2030	307
12. Conclusões	309
14. Referências	312

Mediação - suas áreas de abrangência e peculiaridades 317

Soraya Duarte

1. Introdução	320
2. Parâmetro legal	321
3. Técnicas de mediação	329
4. Áreas de atuação	331
5. Atribuições constitucionais, regimentais e competências das centrais de conciliação	335
5.1. Paralelo entre o papel do conciliador e do juiz, na Justiça Federal	336
5.2. Resolução CNMP Nº 118/2014	336
5.3. O Ministério Público e o Novo Código de Processo Civil	337
5.3. Justiça restaurativa	338
5.4. Resolução Nº 225/2016 - CNJ	339
5.5. Área processual trabalhista e a mediação	339
6. Reflexões sobre mediação na atualidade	340
7. Conclusão	341
8. Bibliografia	342

Mediação familiar: possível solução diante da inexecutabilidade judicial do Processo Civil - Familiar em Cuba 345

Mirel Legrá Fleitas y Cleber Francisco Alves

1. Introdução	345
2. (In)executabilidade dos processos de natureza civil e familiar: os obstáculos identificados no processo de execução de sentenças judiciais em Cuba	347
3. Processo sumário de alimentos em Cuba: exemplo de inexecutabilidade judicial	357
4. Mediação como possível solução ante a inexecutabilidade judicial em cuba: referência especial ao processo de cobrança de alimentos	363
4.1. Mediação: entendimento e pratica na atualidade	364
4.2. Existe mediação em Cuba?	371
4.3. Mediação: alternativa para alcançar a executabilidade da sentença do processo de cobrança de alimentos em Cuba	374
Conclusões	376
Referências bibliográficas	378

Considerações sobre os direitos dos homens e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU): breves apontamentos 381

Rodolfo Domingos Ribeiro de Jesus

1. Introdução	383
2. Direito internacional	383
2.1. O direito internacional público	384
3. Direito Constitucional	387

4. Direitos fundamentais	396
5. Organização Das Nações Unidas (ONU)	401
6. Agenda 2030 da Organização Das Nações Unidas (ONU)	407
6.1. Que é a Agenda 2030?	407
6.2. Qual é a ligação entre a Agenda 2030 e os direitos humanos?	408
6.3. Como avança a institucionalização do Programa 2030 no sistema judicial?	412
6.4. Eventos realizados em prol da Agenda 2030	416
7. Organograma do CNJ e as interseções com a agenda 2030 da ONU	419
Conclusão	419
Recomendações	420
Referências bibliográficas	420